



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 28/2017 – DRH – SELAP – RECSEL  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE

# 01

## ANALISTA JUDICIÁRIO

(Ciências Jurídicas e Sociais)

MATÉRIA	QUESTÕES	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	01 a 24	24 pontos
Conhecimentos Específicos	25 a 56	32 pontos
Tópicos de Legislação	57 a 68	12 pontos
Microinformática	69 a 80	12 pontos

---

---

## NÍVEL SUPERIOR - SÁBADO

---

---



DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Inscrição nº: \_\_\_\_\_



**FAURGS**  
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

# INSTRUÇÕES

- 1 Esta PROVA consta de **80** (oitenta) questões objetivas.
- 2 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao fiscal da sala que o substitua.
- 3 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada com caneta esferográfica, preferencialmente de tinta azul, na FOLHA DE RESPOSTAS (Folha Óptica). Não será permitido o uso de lápis, marca-textos, lapiseiras/grafites, réguas e/ou borrachas durante a realização da prova.
- 4 Os candidatos que comparecerem para realizar a Prova Objetiva **não deverão portar** armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, **telefones celulares**, *pen-drives*, ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, lenços, aparelhos auditivos (à exceção de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência auditiva, ou de candidato que solicitou atendimento especial, conforme subitem 3.2.9), óculos escuros (à exceção de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência visual, ou de candidato que solicitou atendimento especial, conforme subitem 3.2.9), ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, sob pena de serem excluídos do Concurso. **Os relógios serão permitidos, mas deverão ser mantidos sobre a mesa de realização da prova.** (Conforme subitem 5.10 do Edital de Abertura)
- 5 A duração da prova é de **quatro (4) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 6 **O candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma (1) hora após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva, o candidato somente poderá se retirar da sala três (3) horas após o início.** (Conforme subitem 5.15 do Edital de Abertura)
- 7 **Ao concluir a Prova Objetiva e retirar-se da sala, o candidato não poderá utilizar os sanitários nas dependências do local de prova.** (Conforme subitem 5.16 do Edital de Abertura)
- 8 Não serão computadas respostas que não forem marcadas na Folha de Respostas conforme exemplo mostrado nas instruções da própria folha, bem como questões que contenham mais de uma resposta. Ao concluir a Prova Objetiva, o candidato deverá devolver ao fiscal da sala a FOLHA DE RESPOSTAS. Se assim não proceder, será excluído do Concurso. (Conforme subitem 5.17 do Edital de Abertura)
- 9 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a exclusão do candidato do Concurso.



**Instrução:** As questões 01 a 08 referem-se ao texto abaixo.

01. Não há como evitar ser ministeriado ao longo da vida, e ministérios não aceitam desculpas quando se trata de cumprir nossos deveres, como pagar impostos, respeitar as leis, não infringir as regras do trânsito etc.
02. No que concerne a ter reconhecidos seus direitos, nem sempre o cidadão fica satisfeito, a burocracia emperra, as informações demoram, o benefício tarda.
03. Nascermos cidadãos e não meros indivíduos. Ainda que um anarquista extremado pretendesse ignorar a existência do Estado, ele encontraria na esquina quem o representa: o policial, o fiscal do imposto de renda, o burocrata que emite os documentos que somos obrigados a portar. A mera presença não é suficiente para provar-nos a existência. Sem comprovação documental, esta é suspeita até segunda ordem. São os nossos documentos que nos conferem legitimidade, legalidade e cidadania; eles são prova de que estamos registrados no Estado, devidamente fichados – ainda que se adote outro termo – na máquina estatal. Assim, ficamos facilmente localizáveis e imputáveis.
04. O Estado é como a natureza – esta não existe como entidade visível, o que se vê são montanhas, plantas, mares, flores, ventos. Sem a natureza, nada disso subsiste. Da mesma forma, no Estado subsistem as instituições e a cidadania e, sobretudo, a autoridade – que suporta, onde há democracia, toda crítica, exceto a crítica ao Estado, à sua legitimidade. Pôr em questão o próprio Estado é sinônimo de sublevação, subversão e, hoje em dia, terrorismo. Porque o Estado é mais que o governo, é poder, e todas as instâncias de poder – financeiro, jurídico, administrativo – se articulam ou coexistem nele, com suficiente força para cooptar um por um dos governos que nele ingressam.
05. Outrora encarado como agente social, o Estado torna-se então o Grande Leviatã. Os políticos, ainda que, da boca para fora, proclamem que o Estado não pode omitir-se de suas funções sociais, tratam de desmantelá-lo. Frente ao avanço tecnológico atual, como expressão da riqueza, o Estado não investe suficientemente na redução da distância entre a minoria privilegiada e a maioria da população que, no Brasil, não dispõe de rede de esgoto, instalações sanitárias, assistência de saúde e educação qualificada. Eric Weil assinala que a tarefa do Estado é defender a sociedade dos perigos que a ameaçam, sejam internos (como a fome, a pobreza etc.), sejam externos (opressão ou agressão por parte de outros Estados).

Adaptado de: BETTO, Frei. *A mosca azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 191-3.

01. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das linhas 09, 17 e 27 do texto, respectivamente.

- (A) a – à – a  
 (B) à – a – à  
 (C) a – a – à  
 (D) à – à – à  
 (E) a – a – a

02. Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmações a seguir.

- ( ) O pronome **seus** (l. 05) expressa uma relação de posse entre **o cidadão** (l. 06) e **direitos** (l. 05).  
 ( ) O pronome **o** (l. 11) se refere a **um anarquista extremado** (l. 09).  
 ( ) O pronome **a** (l. 45) se refere a **a sociedade** (l. 44-45).

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – V.  
 (B) V – V – F.  
 (C) F – V – V.  
 (D) V – V – V.  
 (E) F – F – F.

03. Assinale a alternativa que apresenta sinônimos das palavras **infringir** (l. 04), **subsiste** (l. 24) e **sublevação** (l. 28), tais como foram empregadas no texto.

- (A) infligir – expira – revolta  
 (B) restringir – é possível – aquietação  
 (C) desrespeitar – perdura – rebelião  
 (D) obedecer – falece – criticismo  
 (E) reconhecer – acontece – desconfiança

04. Se o verbo **portar** (l. 13) fosse substituído pelo verbo **dispor** em **o burocrata que emite os documentos que somos obrigados a portar** (l. 11-13), qual das alternativas estaria gramaticalmente correta?

- (A) o burocrata que emite os documentos de que somos obrigados a dispor.  
 (B) o burocrata que emite os documentos com que somos obrigados a dispor.  
 (C) o burocrata que emite os documentos com os quais somos obrigados a dispor.  
 (D) o burocrata que emite os documentos aos quais somos obrigados a dispor.  
 (E) o burocrata que emite os documentos a que somos obrigados a dispor.

**05.** Considere as seguintes afirmações.

- I - O sujeito da forma verbal **ficamos** (l. 19) é indeterminado.  
 II - O sujeito da forma verbal **subsistem** (l. 24) é composto.  
 III- O sujeito da forma verbal **tratam** (l. 37) é oculto.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.  
 (B) Apenas II.  
 (C) Apenas III.  
 (D) Apenas I e II.  
 (E) Apenas II e III.

**06.** Assinale a alternativa que apresenta uma oração que desempenha a mesma função sintática da oração **que a tarefa do Estado é defender a sociedade dos perigos que a ameaçam** (l. 44-45).

- (A) **que emite os documentos que somos obrigados a portar** (l. 12-13).  
 (B) **que o governo** (l. 30).  
 (C) **que nele ingressam** (l. 33).  
 (D) **que o Estado não pode omitir-se de suas funções sociais** (l. 36-37).  
 (E) **que a ameaçam** (l. 45).

**07.** Se a palavra **documentos** (l. 15) estivesse no singular, quantas outras palavras no período teriam de ser modificadas para fins de correção gramatical?

- (A) Quatro.  
 (B) Cinco.  
 (C) Seis.  
 (D) Sete.  
 (E) Oito.

**08.** Assinale a alternativa que apresenta palavras formadas unicamente por derivação sufixal.

- (A) **ministeriado** (l. 01) – **burocracia** (l. 06) – **imputáveis** (l. 20).  
 (B) **localizáveis** (l. 20) – **sublevação** (l. 28) – **subversão** (l. 29).  
 (C) **legitimidade** (l. 27) – **encarado** (l. 34) – **dispõe** (l. 42).  
 (D) **representa** (l. 11) – **suficientemente** (l. 40) – **redução** (l. 40).  
 (E) **anarquista** (l. 09) – **documental** (l. 14) – **cidadania** (l. 25).

**Instrução:** As questões **09** a **16** referem-se ao texto abaixo.

01. Normalmente, acreditamos que uma teoria dos afetos  
 02. não contribui para o esclarecimento da natureza dos  
 03. impasses dos vínculos sociopolíticos. Aceitamos que a  
 04. dimensão dos afetos diz respeito à vida individual dos  
 05. sujeitos, enquanto a compreensão dos problemas ligados  
 06. aos vínculos sociais exigiria uma perspectiva diferente,  
 07. capaz de descrever o funcionamento estrutural da  
 08. sociedade e de suas esferas de valores. Os afetos nos  
 09. remeteriam a sistemas individuais de fantasias e crenças,  
 10. o que impossibilitaria a compreensão da vida social  
 11. como sistema de regras e normas.

12. Tal distinção não seria só uma realidade de fato,  
 13. mas uma necessidade de direito. Pois, quando os afetos  
 14. entram na cena política, eles só poderiam implicar  
 15. a impossibilidade de orientar a conduta a partir de  
 16. julgamentos racionais, universalizáveis por serem  
 17. baseados na procura do melhor argumento.

18. No entanto, um dos pontos mais ricos da experiência  
 19. intelectual de Sigmund Freud é a insistência na possi-  
 20. bilidade de ultrapassar tal dicotomia. Freud não cansa  
 21. de nos mostrar quão fundamental é uma reflexão sobre  
 22. os afetos, no sentido de uma consideração sistemática  
 23. sobre a maneira como a vida social e a experiência  
 24. política produzem e mobilizam afetos que funcionarão  
 25. como base de sustentação geral para a adesão social.  
 26. Maneira de lembrar a necessidade de desenvolver uma  
 27. reflexão social que parta da perspectiva dos indivíduos,  
 28. não se contentando com a acusação de "psicologismo"  
 29. ou com descrições sistêmico-funcionais da vida social.

30. O que não poderia ser diferente para alguém que  
 31. insistia em afirmar: "Mesmo a sociologia, que trata do  
 32. comportamento dos homens em sociedade, não pode  
 33. ser nada mais que psicologia aplicada. Em última  
 34. instância, só há duas ciências, a psicologia, pura e  
 35. aplicada, e a ciência da natureza".

36. Mas, em vez de ver sujeitos como agentes maximiza-  
 37. dores de utilidade ou como mera expressão calculadora  
 38. de deliberações racionais, Freud prefere compreender  
 39. a forma como indivíduos produzem crenças, desejos e  
 40. interesses a partir de certos circuitos de afetos quando  
 41. justificam, para si mesmos, a necessidade de aquiescer  
 42. à norma, adotando tipos de comportamentos e  
 43. recusando repetidamente outros.

44. A perspectiva freudiana não é, no entanto, apenas  
 45. a expressão de um desejo de descrever fenômenos  
 46. sociais a partir da inteligência de seus afetos. Freud  
 47. quer também compreender como afetos são produzidos  
 48. e mobilizados para bloquear o que normalmente  
 49. chamaríamos de "expectativas emancipatórias". Pois a  
 50. vida psíquica que conhecemos, com suas modalidades  
 51. de conflitos, sofrimentos e desejos, é uma produção de  
 52. modos de circuito de afetos.

**Adaptado de: SAFATLE, Vladimir. Circuito dos Afetos: Corpos Políticos, Desamparo, Fim do Indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 47-48. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/09/1680461-leia-trecho-de-livro-inedito-de-vladimir-safatle.shtml>. Acesso em 3 de agosto de 2017.**

**09.** Considere as seguintes afirmações sobre a formação morfológica de três exemplos de palavras do texto.

- I - O substantivo **esclarecimento** (l. 02) forma-se a partir do adjetivo **claro** por meio de derivação parassintética.
- II - A palavra **ricos** (l. 18) é formada mediante o acréscimo ao tema **rico** do sufixo derivacional de plural.
- III- Em **normalmente** (l. 48), um afixo é adjungido a uma forma adjetival, resultando em um advérbio.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.  
 (B) Apenas II.  
 (C) Apenas III.  
 (D) Apenas II e III.  
 (E) I, II e III.

**10.** Qual das estruturas abaixo corresponde a uma oração subordinada adjetiva?

- (A) **que uma teoria dos afetos não contribui para o esclarecimento da natureza dos impasses dos vínculos sociopolíticos** (l. 01-03)
- (B) **que a dimensão dos afetos diz respeito à vida individual dos sujeitos** (l. 03-05)
- (C) **quando os afetos entram na cena política** (l. 13-14)
- (D) **quão fundamental é uma reflexão sobre os afetos** (l. 21-22)
- (E) **que funcionarão como base de sustentação geral para a adesão social** (l. 24-25)

**11.** As expressões abaixo desempenham função sintática completiva nominal, com **EXCEÇÃO** de

- (A) **à vida individual dos sujeitos** (l. 04-05).  
 (B) **de fantasias e crenças** (l. 09).  
 (C) **de ultrapassar tal dicotomia** (l. 20).  
 (D) **de aquiescer à norma** (l. 41-42).  
 (E) **de modos de circuito de afetos** (l. 51-52).

**12.** Considere as seguintes afirmações sobre os compostos abaixo.

- I - O composto **sistêmico-funcionais** (l. 29) é do tipo substantivo-adjetivo, sendo que apenas o último de seus elementos pode assumir a forma plural.
- II - A palavra **sociopolíticos** (l. 03) é um composto híbrido, ou seja, formado a partir de elementos oriundos de línguas distintas.
- III- A formação da palavra **psicologismo** (l. 28) dá-se por composição do tipo aglutinação (associação com perdas fonéticas) de três elementos: *psico-*, *-logia-*, *-ismo*.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.  
 (B) Apenas II.  
 (C) Apenas III.  
 (D) Apenas II e III.  
 (E) I, II e III.

**13.** Qual das afirmações abaixo é verdadeira em relação à oração **por serem baseados na procura do melhor argumento** (l. 16-17).

- (A) Seu sujeito é **afetos** (l. 13), e o verbo está na voz passiva.
- (B) Seu sujeito é indeterminado, e o verbo está na voz ativa.
- (C) Seu sujeito é determinado, e o verbo está no infinitivo pessoal.
- (D) A oração é uma subordinada adverbial, e o verbo está no infinitivo impessoal.
- (E) A oração é uma subordinada substantiva predicativa, e o verbo está no particípio.

**14.** Pode-se categorizar a expressão **quando** (l. 13), conforme seu uso no texto, como

- (A) advérbio de tempo.  
 (B) advérbio interrogativo.  
 (C) pronome interrogativo.  
 (D) conjunção subordinativa integrante.  
 (E) conjunção subordinativa adverbial.

**15.** Considere as seguintes afirmações abaixo sobre a coesão e a coerência do texto.

- I - A expressão **tal distinção** (l. 12) retoma a oposição entre **afetos** (l. 08) e **sistemas individuais de fantasias e crenças** (l. 09).
- II - A expressão **tal dicotomia** (l. 20) corresponde à ideia da expressão **os afetos** (l. 13) contraposta à de **orientar a conduta a partir de julgamentos racionais** (l. 15-16).
- III - O pronome relativo **que** (l. 50) refere-se à expressão **a vida psíquica** (l. 49-50).

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.  
 (B) Apenas II.  
 (C) Apenas III.  
 (D) Apenas II e III.  
 (E) I, II e III.

**16.** O segundo parágrafo do texto (l. 12-17) apresenta duas orações com verbo flexionado no tempo futuro do pretérito do indicativo. Fez-se a escolha desse tempo e modo verbais

- (A) para exprimir uma suposição, uma hipótese em relação aos fatos analisados.  
 (B) para designar ações posteriores à época dos eventos narrados no primeiro parágrafo.  
 (C) para substituir formas do presente do indicativo.  
 (D) com o objetivo de indicar uma afirmação condicionada e que, provavelmente, não se realizará.  
 (E) para exprimir certeza sobre os fatos descritos no parágrafo.

**Instrução:** As questões **17 a 24** referem-se ao texto abaixo.

01. Em 2014, as redes sociais foram bombardeadas de  
 02. *posts* criticando a intenção da escritora Patrícia Engel  
 03. Secco em adequar as obras de Machado de Assis ao  
 04. vocabulário dos estudantes. Disse a autora de mais de  
 05. uma centena de livros infanto-juvenis que lançaria, em  
 06. junho daquele ano, a versão simplificada de "O Alienista".  
 07. Segundo ela própria, o desinteresse dos jovens pelos  
 08. livros se dá, especialmente, porque têm dificuldade em  
 09. compreender as construções dos textos.  
 10. A intenção da autora, \_\_\_\_\_ tanto se comentou, era  
 11. usar um texto que, em sua concepção, era complexo  
 12. para os jovens e alterá-lo para simplificar a linguagem.  
 13. Como se tratava de obra em domínio público, a autora,  
 14. pelo que se presume, se arvorou no direito de reescrever  
 15. uma obra de outro autor.  
 16. Não há muito mais a ser dito sobre o enfoque  
 17. literário dessa questão depois do texto de João Ubaldo  
 18. Ribeiro, publicado no O Globo de 1º de junho de 2014.  
 19. Escreveu o baiano:  
 20. *E a lição se estende da literatura às outras artes.*  
 21. *O povo não gosta de música erudita porque são aquelas*

22. *peças vagarosas e demoradas demais. De novo, a*  
 23. *solução virá ao adaptarmos Bach \_\_\_\_\_ ritmos funk,*  
 24. *fazermos arranjos de sinfonias de Beethoven em*  
 25. *compasso de pagode e trechos de no máximo cinco*  
 26. *minutos cada e organizarmos uma coleção axé das*  
 27. *obras de Villa-Lobos. Tudo para distribuição gratuita,*  
 28. *como acontecerá com os livros de Machado reescritos,*  
 29. *pois continuamos a ser um dos poucos povos do*  
 30. *mundo que acreditam na existência de alguma coisa*  
 31. *gratuita. E talvez o único em que o governo chancela,*  
 32. *com dinheiro do cidadão, o aviltamento de marcos*  
 33. *essenciais ao autorrespeito cultural e \_\_\_\_\_ identidade da*  
 34. *nação, ao tempo em que incentiva o empobrecimento*  
 35. *da língua e a manutenção do atraso e do privilégio.*

No que tange à questão do domínio público, deve-se considerar que, no Brasil, vige uma norma de direito de autor que garante ao criador intelectual a proteção plena de sua obra ao longo de toda sua vida e até setenta anos após sua morte. Essa disciplina é consentânea \_\_\_\_\_ legislações de outros países e disciplinada na Convenção de Berna. Esse prazo varia um pouco \_\_\_\_\_ extensão entre os signatários da norma internacional, mas ele estará sempre presente. Transcorrido esse prazo, a obra intelectual ingressa em um estado chamado de "domínio público". Após setenta anos, seu uso será livre e, conseqüentemente, ninguém – nem mesmo o Estado – poderá se opor à reprodução, à adaptação, à inclusão, à distribuição ou \_\_\_\_\_ qualquer outro tipo de utilização da obra intelectual.

Há um limite, entretanto, fixado na própria Lei de Direito de Autor, para uso da obra caída em domínio público. Quem pretender fruir ou dispor da obra intelectual, irremediavelmente, deve respeitar a paternidade e a integridade da obra. É obrigado a indicar o nome do autor no momento da utilização e – relevante para o caso Machado – abster-se de modificar a obra a ponto de prejudicá-la ou atingir a reputação ou a honra do autor.

A adaptação é livre, mas é preciso deixar claro o que se concebe em direito como adaptação para que não se confunda esse valioso instituto autoral com violação da integridade da obra. Segundo Eliane Abrão, adaptar é transformar a obra em outra, de gênero diferente. Por exemplo, a utilização de texto literário para a linguagem cinematográfica é a adaptação da linguagem escrita para a linguagem falada, dialogada, encenada, necessária à realização do filme".

Em caso de violação da paternidade e da integridade, como a obra já está em domínio público e os sucessores podem ser desconhecidos ou de difícil identificação, quem tem obrigação legal de fiscalizar o uso da obra, impedindo que sofra alterações ou seja publicada sem designação de autoria, é o Estado, nos termos do §2º do art. 24 da Lei nº 9.610/98. Dentro do Estado, compete ao Ministério Público (art. 129, III da Constituição Federal) a defesa do patrimônio público e social.

Adaptado de: PINHEIRO, Luciano A.; PANZOLINI, Carolina D. O domínio público e a liberdade de uso de obra - revisando o caso Machado de Assis. In: Revista Eletrônica Migalhas, 29/05/2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/PI/99,MI258737,81042-O+dominio+publico+e+a+liberdade+de+uso+de+obra+Revisando+o+caso>>. Acesso em 24 de junho de 2017.

**17.** Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 23, 33 e 49.

- (A) à – à – a
- (B) à – a – à
- (C) a – à – a
- (D) a – à – à
- (E) a – a – à

**18.** Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 10, 40 e 42.

- (A) que – com – de
- (B) da qual – em – de
- (C) de que – em – em
- (D) que – em – em
- (E) de que – com – em

**19.** Em relação às ideias depreendidas a partir da leitura do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Na visão de João Ubaldo Ribeiro, o governo brasileiro contribui para o empobrecimento da língua portuguesa e para a manutenção de privilégios na medida em que não proporciona a sua população o acesso a bens culturais devidamente adaptados, os quais facilitariam sua compreensão.
- (B) O autor vê o projeto de adequação da obra "O Alienista", de Machado de Assis, ao vocabulário de estudantes como problemático, pois o texto, embora já esteja em domínio público, seria reescrito sem designação de autoria.
- (C) Embora o autor do texto valha-se do conceito de adaptação, do ponto de vista do direito, enquanto ato de transformar uma obra em outra pertencente a gênero diferente àquele da obra original, a fim de desmerecer o projeto proposto por Patrícia, a adequação da linguagem machadiana à dos jovens contemporâneos caracterizaria mudança de gênero, podendo, portanto, ser considerada adaptação.
- (D) O texto problematiza o projeto de adaptação de obras machadianas a uma linguagem mais simplificada, valendo-se, para tanto, de dois argumentos de autoridade: o ponto de vista de um literato, que vê tal projeto como algo negativo à cultura nacional; e o do direito, que delimita o que pode ser entendido como adaptação, bem como estabelece as diretrizes dos direitos autorais.
- (E) A norma brasileira do direito autoral prevê proteção plena à obra por até setenta anos após morte do autor, sendo que, transcorrido esse período, seu uso torna-se irrestrito, uma vez que passa a domínio público. A partir de então, nem mesmo o Estado pode opor-se a qualquer tipo de utilização da obra sob a singular condição de que a honra ou a reputação do autor não sejam atingidas.

**20.** Em relação à pontuação do texto, considere as seguintes afirmações.

- I - A transposição da expressão **em junho daquele ano** (l. 05-06) para depois da expressão **"O Alienista"** (l. 06) eliminaria a obrigatoriedade do uso de vírgulas.
- II - O ponto final após o vocábulo **público** (l. 53) poderia ser substituído por dois-pontos, com os devidos ajustes no emprego de maiúsculas e minúsculas, sem que isso acarretasse erro gramatical na sentença.
- III- A colocação de uma vírgula após os parênteses da linha 77 não acarretaria erro gramatical na sentença.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**21.** Assinale a alternativa que apresenta **ERRO** de concordância.

- (A) Deve haver muitos vencedores nesta maratona.
- (B) A menina todo-poderosa era, na verdade, frágil criatura.
- (C) Hoje são 30 de julho.
- (D) Faz dois anos que não o vejo.
- (E) Nem um nem outro atenderam ao convite recebido.

**22.** No que se refere às funções sintáticas do pronome relativo, considere as afirmações abaixo.

- I - Em "A flor que plantei há meses floresceu", o pronome relativo exerce função de predicativo.
- II - Em "Este é o colega a quem emprestei a mala", o pronome relativo exerce função de objeto indireto.
- III- Em "Este é o artista por quem a tela foi pintada", o pronome relativo exerce função de agente da passiva.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

**23.** No que se refere à flexão verbal, considere as seguintes sentenças.

- I - É necessário que a instituição se precavenha contra possíveis roubos.  
 II - Ele reouve seu direito à liberdade.  
 III- O advogado requeriu vistas ao processo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.  
 (B) Apenas II.  
 (C) Apenas III.  
 (D) Apenas I e II.  
 (E) I, II e III.

**24.** Considere as sentenças abaixo.

- I - O infrator prefere pagar a multa a perder **o documento de habilitação**.  
 II - Anotou os dados de quem presenciou **o crime**.  
 III- O relatório comunica as demandas **aos gestores**.

Se substituíssemos as palavras sublinhadas por pronomes oblíquos, qual das alternativas apresentaria todas as sentenças gramaticalmente corretas?

- (A) I - O infrator prefere pagar a multa a perder-lhe.  
 II - Anotou os dados de quem presenciou-o.  
 III - O relatório comunica a eles as demandas.  
 (B) I - O infrator prefere pagar a multa a perdê-lo.  
 II - Anotou os dados de quem o presenciou.  
 III - O relatório comunica-lhes as demandas.  
 (C) I - O infrator prefere pagar a multa a perder ele.  
 II - Anotou os dados de quem presenciou ele.  
 III - O relatório comunica-os as demandas.  
 (D) I - O infrator prefere pagar a multa a perder-no.  
 II - Anotou os dados de quem o presenciou.  
 III - O relatório comunica-lhe as demandas.  
 (E) I - O infrator prefere pagar a multa a perder-lo.  
 II - Anotou os dados de quem presenciou-no.  
 III - O relatório comunica-os as demandas.

**25.** Em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.  
 (B) Os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público serão definidos em decreto, que especificará a causa, o prazo e a causa de excepcionalidade para a contratação, bem como o procedimento seletivo para a admissão.  
 (C) Embora a Constituição da República Federativa do Brasil garanta ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, ela restringe o exercício do direito de greve aos casos previstos em lei complementar.  
 (D) Para a garantia da efetividade da regra constitucional que afirma que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, é resguardada a equiparação das espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal no serviço público.  
 (E) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sem exceções, tendo em vista os princípios da impessoalidade e da isonomia.



**26.** Acerca dos poderes administrativos, é correto afirmar que:

- (A) tendo em vista a autoexecutoriedade do exercício dos poderes administrativos, a autoridade administrativa pode, independentemente de ordem judicial ou autorização legislativa, limitar o exercício de direitos individuais, inclusive o de ir e vir, quando entender que tal exercício possa afetar a conveniência e a oportunidade da Administração Pública.
- (B) considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- (C) desde o advento da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, entende-se possível o exercício de poder regulamentar autônomo sem restrições, uma vez que o Presidente da República pode, por razões de conveniência e oportunidade, extinguir cargos públicos por decreto.
- (D) a estrutura administrativa é uma estrutura hierarquizada de poderes e competências administrativas, de forma que a autoridade administrativa superior pode, além de estabelecer as ordens relacionadas aos serviços, cancelar, por critérios discricionários, sanções aplicadas por autoridade inferior.
- (E) tendo em vista que a Constituição da República Federativa do Brasil assegura o direito à liberdade e à dignidade da pessoa humana, não é viável juridicamente que se impeça o livre comércio desempenhado em praças e ruas públicas por vendedores ambulantes.

**27.** No que se refere à aposentadoria de servidores públicos civis, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor público civil adquire o direito à aposentadoria voluntária em decorrência do tempo de serviço, de forma que, ao completar 35 anos de serviço, se homem, e 30 anos de serviço, se mulher, está concretizado o direito à aposentadoria.
- (B) Determinadas categorias de servidores públicos civis, em especial as de servidores que lidam com atividades penosas, perigosas e insalubres, poderão contar em dobro o tempo de serviço prestado sob essas condições.
- (C) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
- (D) A remuneração do servidor público civil aposentado será a mesma que percebeu no último mês em que atuou perante a Administração Pública, abrangendo todas as vantagens inerentes ao cargo por ele titulado.
- (E) O servidor público civil aposentado que venha a prestar concurso público poderá assumir o cargo para o qual prestou o concurso, tendo direito aos proventos de aposentadoria adicionados à remuneração do cargo efetivo, independentemente da natureza do cargo, desde que a soma não ultrapasse o teto constitucional.

**28.** Sobre o controle interno e externo da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A presença do Tribunal de Contas do Estado realizando a análise das contas dos municípios torna facultativa a instituição de sistema de controle interno em municípios de pequena densidade populacional.
- (B) O parecer prévio, emitido pelo Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, sobre as contas que o Prefeito Municipal deve anualmente prestar, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (C) A cobrança de multa e glosa imputadas pelo Tribunal de Contas do Estado, após o trânsito em julgado da respectiva decisão no processo de contas, é dependente de processo de conhecimento junto ao Poder Judiciário.
- (D) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
- (E) Tendo em vista o caráter sancionatório das decisões proferidas pelos Tribunais de Contas, entende a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal que ao processo de contas se aplicam as regras do Código de Processo Penal.

**29.** Acerca da licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) Toda modalidade de licitação deve ser determinada pelo valor estimado da contratação, fazendo com que as exigências relacionadas ao edital de licitação sejam diferenciadas em cada caso por conta desse valor.
- (B) Para a manutenção da igualdade de tratamento entre os licitantes, a Comissão de Licitações será sempre uma comissão permanente na entidade realizadora da licitação, devendo ser alterado, a cada ano, pelo menos um de seus membros.
- (C) A habilitação dos licitantes deve ser feita levando em consideração os requisitos jurídicos, técnicos, econômico-financeiros, fiscais, trabalhistas e de proteção do menor previstos em lei, não se admitindo, em nenhuma hipótese, dispensa parcial ou total desses requisitos.
- (D) O leilão é modalidade de licitação para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles que podem ser previamente definidos no edital de abertura segundo padrões usuais de mercado.
- (E) A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, conforme definido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios fiscais ou creditícios.

**30.** Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Em relação à garantia a ser prestada, o contratado poderá optar por caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou hipoteca sobre imóvel.
- (B) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera efeitos *ex nunc*, ou seja, a partir da data da anulação, vedado qualquer efeito retroativo.
- (C) O contrato verbal com a Administração Pública é viável, desde que decorrente de procedimento licitatório de convite, tomada de preços ou pregão e preços compatíveis com o valor de mercado.
- (D) Em havendo alteração unilateral do contrato, as cláusulas econômico-financeiras deverão ser revistas, para que se mantenha o equilíbrio contratual.
- (E) O contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração quando conveniente a substituição da garantia da execução.

**31.** Acerca do regime de concessões e permissões do serviço público, assinale a alternativa correta.

- (A) Caberá à lei complementar, estabelecer regras nacionais relacionadas ao regime das concessões e permissões do serviço público, bem como a respectiva política tarifária.
- (B) A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, ainda que comprovado seu impacto, não pode implicar a revisão da tarifa.
- (C) Constitui encargo da concessionária do serviço público, promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato.
- (D) A intervenção na concessão, que é o instrumento para adequar a prestação do contrato de concessão às normas legais, regulamentares e contratuais, é efetivada por lei.
- (E) Considera-se reversão a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

**32.** Quanto à Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei de Improbidade Administrativa estabelece punições a agentes públicos das mais diversas categorias, inclusive para quem exerça transitoriamente cargo ou função pública, mas não é aplicável a quem não receba remuneração ou outra forma de retribuição pecuniária.
- (B) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- (C) O ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário somente pode ser objeto de punição se a conduta for dolosa, não se aplicando para as condutas imperitas, imprudentes ou negligentes.
- (D) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescrevem em cinco anos contados da data em que o ato imputado como sendo de improbidade administrativa foi praticado.
- (E) Tendo em vista a legislação penal que admite a colaboração premiada, admite-se transação, acordo ou conciliação na ação civil pública de improbidade administrativa.

**33.** Com relação às regras da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias após ter sido oficialmente promulgada.
- (B) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira tem início seis meses após ter sido oficialmente publicada.
- (C) As correções a texto de lei já em vigor fazem com que esta passe a ser considerada lei nova.
- (D) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (E) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o aceitante.

**34.** Sobre a disciplina da Responsabilidade Civil no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (B) A responsabilidade civil é dependente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- (C) O dono, ou detentor, do animal deve ressarcir o dano por este causado, exceto exclusivamente em caso de força maior.
- (D) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
- (E) Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

**35.** No que se refere à Transmissão das Obrigações no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A cláusula proibitiva da cessão poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.
- (B) Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito não são abrangidos os seus acessórios.
- (C) A cessão do crédito tem eficácia em relação ao devedor, independentemente de notificação.
- (D) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.
- (E) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.

**36.** Sobre Títulos de Crédito no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A transferência do título de crédito implica a transferência de todos os direitos que lhe são inerentes.
- (B) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval parcial.
- (C) Pagando o título, tem o avalista ação de regresso contra o seu avalizado e demais coobrigados posteriores.
- (D) Não subsiste a responsabilidade do avalista quando nula a obrigação daquele a quem se equipara, a menos que a nulidade decorra de vício de forma.
- (E) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

**37.** Sobre o direito ao contraditório e suas consequências, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio do contraditório exige apenas a ciência bilateral dos atos e termos do processo, bem como a possibilidade de contraditá-los.
- (B) Na ação monitória e nas demais hipóteses de tutela da evidência, o Juiz poderá deferir a medida requerida sem ouvir previamente o réu.
- (C) O Juiz deve submeter ao contraditório, debatendo previamente com as partes, mesmo as matérias passíveis de serem examinadas de ofício.
- (D) Basta que o Juiz explicita as razões de sua decisão, não precisando analisar os argumentos favoráveis ou contrários à conclusão por ele adotada.
- (E) Não há a previsão de intimação para contrarrazões nos embargos de declaração, já que esse recurso não se presta à modificação da decisão.

**38.** Com relação aos poderes do Juiz, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) No novo processo civil brasileiro, o Juiz tem o poder de dilatar prazos processuais e de alterar a ordem de produção das provas.
- (B) É admissível, em tese, a cominação de multa coercitiva para assegurar o cumprimento de ordem judicial em ação para tutela da obrigação de pagar quantia.
- (C) Quando se deparar com diversas ações individuais repetitivas, o Juiz pode oficiar ao Ministério Público, para que este promova a ação coletiva, se for o caso.
- (D) O Juiz pode determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de vícios do processo, de modo a evitar a extinção do feito por motivos formais.
- (E) O Juiz pode realizar quaisquer ajustes no procedimento e modificar a forma dos atos processuais para ajustá-los às peculiaridades da causa, observado o contraditório.

**39.** No que se refere às repostas do réu, assinale a alternativa correta.

- (A) A reconvenção e a contestação devem ser apresentadas em peças separadas, mas protocoladas simultaneamente, sob pena de preclusão.
- (B) A incompetência absoluta e a incompetência relativa devem ser alegadas pelo réu na contestação, constituindo preliminares processuais.
- (C) O impedimento do Juiz deve ser arguido por meio de exceção, em peça autônoma, mas no mesmo prazo para o oferecimento de contestação.
- (D) As alegações de impedimento e de suspeição devem ser realizadas na contestação e constituem questões preliminares de natureza processual.
- (E) O réu somente pode insurgir-se quanto ao valor atribuído à causa por meio de petição específica, não podendo fazê-lo em preliminar de contestação.

**40.** Sobre tutela provisória, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para realização do aditamento da petição inicial e apresentação do pedido de tutela final, em caso de tutela antecipada antecedente, é de 30 dias.
- (B) O prazo para apresentação do pedido de tutela final, no procedimento da tutela cautelar antecedente, é de 15 dias, se o Juiz não conceder prazo maior.
- (C) No novo processo civil, o Juiz está restrito à concessão das seguintes medidas cautelares: arresto, sequestro, arrolamento e protesto contra alienação de bens.
- (D) Qualquer uma das partes poderá ajuizar, no prazo de dois anos, ação destinada a rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada antecedente já estabelecida.
- (E) Até que o recurso de apelação já interposto seja distribuído no âmbito do tribunal, a competência para conceder a tutela provisória é do Juiz de primeiro grau.

**41.** Acerca do crime de homicídio, assinale a alternativa correta.

- (A) Diante da relação de parentesco existente entre vítima e réu, alguém que mate o próprio pai após grave discussão praticará o crime de homicídio qualificado.
- (B) De acordo com a doutrina majoritária, incidirá a qualificadora relativa ao emprego de veneno quando a vítima ingerir a substância forçadamente ou sem saber que o está ingerindo.
- (C) O homicídio praticado por motivo insignificante é qualificado pelo motivo torpe.
- (D) O agente que praticar o crime de homicídio sob o domínio da violenta emoção logo após a injusta provocação da vítima poderá ter a sua pena reduzida de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) ou ser isento de pena em virtude da concessão do perdão judicial.
- (E) No crime de homicídio doloso, é predominante o entendimento que admite a coexistência das circunstâncias privilegiadoras com as qualificadoras de natureza objetiva.

**42.** "A" dispara dois tiros contra "B" que acabara de agredir violentamente seu marido. Entretanto, diante da imperícia de "A" no manuseio da arma de fogo, o tiro atinge "C", uma senhora de 80 anos, que vem a falecer. A esse respeito, é correto afirmar que "A"

- (A) praticou o homicídio sob o abrigo da legítima defesa putativa de terceiro, excludente da ilicitude.
- (B) responderá por tentativa de homicídio privilegiado.
- (C) responderá por homicídio privilegiado consumado.
- (D) responderá por tentativa de homicídio privilegiado contra "B" e homicídio culposo contra "C".
- (E) responderá por homicídio privilegiado consumado contra "B", qualificado por ser a vítima maior de 60 anos.

**43.** Com relação aos crimes contra a administração pública, considere as afirmações a seguir.

- I - Considera-se funcionário público, para fins penais, quem, embora transitoriamente, exerce cargo, emprego ou função pública, desde que com remuneração.
- II - O objeto material do crime de peculato-apropriação pode ser dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel ou imóvel, sempre de natureza pública, de que tem o funcionário público a posse em razão do cargo.
- III - A existência da corrupção ativa independe da existência da corrupção passiva, isto é, a bilateralidade não é requisito indispensável.
- IV - No peculato culposo, a reparação do dano, se precede a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz à metade a pena imposta.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

**44.** Acerca dos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

- (A) O roubo qualificado pela privação da liberdade, a extorsão simples e a extorsão mediante sequestro, crimes patrimoniais com a circunstância elementar comum de restrição da liberdade da vítima, são considerados crimes hediondos, independentemente da ocorrência de lesão grave ou morte da vítima.
- (B) A extorsão mediante sequestro é crime material, consumando-se com o recebimento do resgate exigido como condição para a soltura da vítima.
- (C) O crime de receptação é punível, ainda que desconhecido o autor do crime de que proveio a coisa. No entanto, se o autor do crime antecedente for isento de pena, não é punível a prática da receptação.
- (D) No crime de estelionato, o emprego da fraude visa diminuir a vigilância da vítima para que o agente realize a subtração do bem móvel.
- (E) Será pública e condicionada à representação a ação penal movida contra agente que subtrai da sobrinha dois mil reais guardados na sala onde ambos residem. De acordo com o Código Penal, o autor do crime não poderá se beneficiar da isenção da pena.

**45.** Em se tratando da ação penal, é correto afirmar que:

- (A) nas ações penais de natureza pública condicionada à representação, a vítima poderá retratar-se da representação a qualquer tempo, desde que não tenha sido proferida sentença de mérito no processo.
- (B) a ação penal privada subsidiária poderá ser intentada nos casos de ação penal pública, inclusive quando houver pedido de arquivamento do inquérito policial pelo órgão acusatório.
- (C) nas ações penais de natureza pública incondicionada, quando do oferecimento da denúncia, o Ministério Público deverá expor sinteticamente o fato criminoso, bem como indicar a qualificação do acusado, podendo complementar a peça acusatória ou apresentar rol de testemunhas no prazo de 15 dias.
- (D) nas ações penais públicas incondicionadas, o inquérito policial é elemento indispensável para a propositura da denúncia, não se admitindo que o Ministério Público faça uso de outros meios de informação para sustentar o oferecimento da acusação.
- (E) nas ações penais privadas movidas mediante queixa, havendo pluralidade de autores, a queixa não poderá ser movida de forma seletiva contra apenas alguns desses autores, sendo que a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a qualquer um deles, aproveitará a todos.

**46.** Acerca das prisões cautelares e da liberdade provisória no processo penal brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) o Juiz não poderá determinar a aplicação de medidas cautelares de forma cumulativa, devendo escolher apenas uma dentre aquelas previstas no Código de Processo Penal.
- (B) representando o Delegado de Polícia para prisão preventiva do investigado, o Juiz dará vistas do pedido ao Ministério Público e à Defesa e, somente após a manifestação de todas as partes, poderá decidir sobre o conteúdo do pedido formulado.
- (C) sendo cabível e suficiente a aplicação de medidas cautelares, não se admite a decretação da prisão preventiva do investigado.
- (D) concedida liberdade provisória mediante fiança, sua quebra implicará perda integral do seu valor, sendo decretada, ainda, a prisão preventiva do investigado ou réu.
- (E) a prisão preventiva poderá ser substituída por prisão domiciliar, caso o agente seja o único responsável pelos cuidados de seus filhos, desde que estes sejam menores de seis anos ou portadores de deficiência.

**47.** No que se refere aos ritos processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) No rito especial estabelecido pela Lei de Drogas, após o oferecimento da denúncia, o Juiz deverá expedir despacho de recebimento ou rejeição da acusação. Recebendo-a, determinará a citação do réu para realização do interrogatório.
- (B) No curso da instrução criminal, a defesa técnica do acusado poderá manifestar a desistência do interesse na oitiva das testemunhas arroladas em sede de Resposta à Acusação, independentemente da concordância do órgão acusatório.
- (C) No rito do Tribunal do Júri, encerrada a fase instrutória, o Juiz não poderá dar ao fato definição jurídica diversa daquela constante da denúncia.
- (D) Será adotado o procedimento comum sumaríssimo sempre que o fato narrado na denúncia for punido com pena de detenção.
- (E) No procedimento comum ordinário, quando a denúncia referir a prática de crime, cuja ação penal seja de natureza pública condicionada à representação, a falta desta não impede o recebimento da peça acusatória, devendo o Juiz, neste caso, intimar a parte ofendida para sanar tal omissão no prazo de cinco dias.

**48.** Com relação aos recursos em matéria criminal, assinale a alternativa correta.

- (A) Em sendo indeferido pedido de produção de provas quando da apreciação da Resposta à Acusação do réu, caberá a interposição de Recurso em Sentido Estrito.
- (B) No curso do cumprimento das penas privativas de liberdade, a decisão que indefere os pedidos de progressão de regime e livramento condicional é atacável mediante o Recurso de Apelação, a ser interposto no prazo de oito dias, a contar da data da publicação do despacho.
- (C) No rito do Tribunal do Júri, contra a decisão que determina a impronúncia do acusado, o Ministério Público poderá interpor Recurso em Sentido Estrito.
- (D) A ausência de recurso do órgão acusatório em face de sentença condenatória proferida por Juiz singular impede que o Tribunal venha a aumentar, de ofício, a pena aplicada ao réu.
- (E) Da decisão não unânime proferida por Tribunal, as partes poderão opor Embargos Infringentes ou de Nulidade, no prazo de 10 dias, a contar da publicação do acórdão.

**Instrução:** As questões **49** a **55** referem-se à Constituição da República Federativa do Brasil.

**49.** De acordo com as normas previstas no art. 24, sobre competência legislativa concorrente, considere as seguintes afirmações.

- I - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- II - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- III - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- IV - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas III e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**50.** No que se refere às normas estabelecidas no art. 40, sobre servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria, sendo facultado à lei estabelecer contagem de tempo de contribuição fictício.
- (B) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
- (C) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, sendo facultada a existência de mais de uma unidade gestora do respectivo regime aos Estados-membros.
- (D) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão, nos termos da lei, exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- (E) Os servidores públicos titulares de cargos efetivos serão aposentados compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos integrais, ou por invalidez permanente, com proventos proporcionais aos anos de contribuição.

**51.** Em consonância com o art. 125, quanto aos Tribunais e Juízes dos Estados, assinale a alternativa correta.

- (A) O Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas para dirimir conflitos fundiários, com competência exclusiva para questões agrárias.
- (B) Compete à Justiça Militar estadual, processar e julgar os militares dos Estados nos crimes dolosos cometidos contra a vida de vítima civil.
- (C) No âmbito da Justiça Militar, o Conselho de Justiça tem competência para processar e julgar atos disciplinares militares.
- (D) Cabe aos Estados, a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Federal.
- (E) A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça.

**52.** Conforme previsto no art. 49, compete exclusivamente ao Congresso Nacional

- (A) aprovar a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- (B) apreciar atos de concessão e de renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- (C) autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União e dos Estados.
- (D) avaliar periodicamente o desempenho das administrações tributárias da União e dos Estados.
- (E) autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República.

**53.** No que diz respeito à Organização dos Poderes disciplinada no Título IV, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República possui iniciativa privativa para propor projeto de lei sobre a organização do Ministério Público da União.
- (B) O Conselho da República é órgão de consulta do Presidente da República para assuntos relacionados à celebração da paz.
- (C) O Presidente da República não poderá ausentar-se do país sem licença da Câmara dos Deputados, sob pena de perda do cargo.
- (D) O Supremo Tribunal Federal julga originariamente os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- (E) O Presidente da República pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções durante o seu mandato.

**54.** De acordo com o art. 150, considere as afirmações abaixo sobre as limitações ao poder de tributar.

- I - É vedado à União, aos Estados e aos Municípios instituir impostos sobre renda e serviços das entidades sindicais de qualquer natureza.
- II - É vedado à União e aos Estados instituir impostos sobre jornais, periódicos e livros.
- III - É vedado à União e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio das instituições de educação de qualquer natureza.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**55.** Conforme o art. 22, compete privativamente à União legislar sobre

- (A) defesa do solo.
- (B) orçamento.
- (C) propaganda comercial.
- (D) consumo.
- (E) juntas comerciais.

**56.** A partir das normas estabelecidas no art. 93, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma competência recursal dos Tribunais de segunda instância.

- (A) Ações rescisórias de sentença de primeira instância.
- (B) Mandados de segurança contra atos do próprio Tribunal.
- (C) Conflitos de competência entre Juízes de primeira instância.
- (D) Pedidos de correção parcial.
- (E) Suspeição de Juízes por estes não reconhecida.

**57.** Tendo em vista as disposições da Lei Estadual nº 7.356/1980 – Código de Organização Judiciária, relativas ao Conselho da Magistratura, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O mandato dos membros do Conselho é facultativo e sua duração é de três anos, sendo possível a reeleição.
- (B) O Presidente do Conselho, nas votações, terá voto de qualidade.
- (C) Os presidentes das comissões do Tribunal, quando presentes às reuniões do Conselho da Magistratura, terão voz nos assuntos de competência das respectivas comissões.
- (D) O Presidente do Tribunal de Justiça presidirá o Conselho da Magistratura.
- (E) O Conselho poderá, em casos especiais, e por tempo determinado, prorrogável a critério do órgão, declarar qualquer Comarca ou Vara em regime de exceção, designando um ou mais Juízes para exercerem, cumulativamente com o titular, a jurisdição da Comarca ou Vara.

**58.** Considere as afirmações abaixo, tendo em vista as disposições da Lei Estadual nº 7.356/1980 – Código de Organização Judiciária, relativas à Corregedoria-Geral da Justiça.

- I - A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, com jurisdição em todo o Estado, será presidida por um Desembargador, com o título de Corregedor-Geral da Justiça, auxiliado por Juízes Corregedores.
- II - O Corregedor-Geral da Justiça será sempre substituído em suas férias, licenças e impedimentos pelo 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.
- III- Os Juízes Corregedores serão obrigatoriamente Juízes de Direito de entrância final e designados pelo Presidente do Tribunal, ouvido o Conselho da Magistratura, por proposta do Corregedor-Geral.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

**59.** Considere as afirmações a seguir, tendo em vista as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

- I - O Órgão Especial, funcionando no exercício delegado das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência originária do Tribunal Pleno, é constituído por vinte e cinco Desembargadores, cinco dos quais oriundos da representação classista, prevista no art. 94 da Constituição Federal, provendo-se doze vagas pelo critério de antiguidade no Tribunal de Justiça e a outra metade por eleição pelo Tribunal Pleno.
- II - Para fins de ordenação dos trabalhos administrativos e jurisdicionais do Órgão Especial, será observado o critério de merecimento.
- III- Uma das competências do Órgão Especial é eleger os membros do Conselho da Magistratura e respectivos suplentes.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

**60.** No que se refere às disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, **NÃO** são competências do Órgão Especial:

- (A) processar e julgar originariamente o Vice-Governador nas infrações penais comuns.
- (B) processar e julgar, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes Estaduais, os membros do Ministério Público Estadual, o Procurador-Geral do Estado, os Secretários de Estado e os Vereadores.
- (C) processar e julgar os *habeas corpus*, quando o coator ou o paciente for membro do Poder Legislativo, servidor ou autoridade, cujos atos estejam diretamente submetidos à jurisdição do Tribunal de Justiça, quando se tratar de infração penal sujeita à mesma jurisdição em única instância ou quando houver perigo de se consumir a violência antes que outro Juiz ou Tribunal possa conhecer do pedido.
- (D) processar e julgar os mandados de segurança contra condutas administrativas, os *habeas data* e os mandados de injunção contra atos ou omissões da Assembleia Legislativa e sua Mesa e de seu Presidente.
- (E) processar e julgar os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas, quando neles forem interessados o Governador, Secretários de Estado, Procurador-Geral da Justiça e Procurador-Geral do Estado.



**61.** Segundo a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência, considere as afirmações abaixo.

- I - O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.
- II - Devem ser assegurados à pessoa com deficiência submetida a medida restritiva de liberdade todos os direitos e garantias a que fazem jus os apenados sem deficiência, garantida a acessibilidade.
- III- Os direitos da pessoa com deficiência não serão garantidos por ocasião da aplicação de sanções penais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**62.** Considere as afirmações a seguir, tendo em vista as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relativas às sessões.

- I - As convocações para as sessões do Órgão Especial deverão sempre especificar a matéria a ser apreciada.
- II - As decisões jurisdicionais e as administrativas deverão ser motivadas, sendo as disciplinares tomadas pela maioria simples de seus membros.
- III- Os *habeas corpus* serão os primeiros na ordem de preferência nos julgamentos no Órgão Especial.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

**63.** Considere as afirmações abaixo, relativas ao cargo público, tendo em vista a Lei Complementar nº 10.098/1994 – Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.

- I - Cargo público é aquele em que a pessoa servidora pública está legalmente investida.
- II - O cargo público pode ser criado por decreto, mediante justificativa do Chefe do Poder Executivo.
- III- Dada a natureza do cargo, só pode provê-lo em comissão o brasileiro nato.
- IV- O cargo público, se de provimento efetivo, poderá ser criado de forma isolada quando o número não comportar a organização em carreira.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**64.** Segundo a Lei Complementar nº 10.098/1994 – Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, pelo exercício irregular de suas atribuições, o servidor público

- (A) não poderá ser responsabilizado, por regra de direito fundamental de primeira geração.
- (B) responderá civil, penal e administrativamente, e as respectivas sanções, independentes entre si, poderão acumular-se.
- (C) responderá apenas por atos dolosos que causem prejuízos a terceiros.
- (D) não responderá em ação regressiva perante a Fazenda Pública.
- (E) responderá penalmente apenas pelos crimes, independentemente de serem praticados no desempenho do cargo.

**65.** Considere as afirmações abaixo, segundo a Constituição Federal.

- I - A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- II - O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- III- Salvo nos casos previstos em lei específica, não haverá distinção entre brasileiros natos e naturalizados.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**66.** Segundo a Constituição Federal, considere os casos abaixo sobre direitos políticos.

- I - Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- II - Incapacidade civil absoluta.
- III- Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Quais itens apresentam casos em que, segundo a Constituição Federal, a perda ou suspensão de direitos políticos pode ocorrer?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**67.** Segundo a Constituição Federal, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação

- (A) após regulamentação legal.
- (B) imediata.
- (C) após ratificação por tratado internacional.
- (D) definida pela *vacatio legis*.
- (E) imediatamente após terem sido reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal.

**68.** Considere as afirmações abaixo, relativas às atribuições de funções essenciais à justiça, segundo a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

- I - Incumbe ao Ministério Público prestar assistência jurídica e administrativa aos Municípios, mas a título complementar ou supletivo.
- II - Compete à Procuradoria-Geral do Estado promover a unificação da jurisprudência administrativa do Estado.
- III- Incumbe à Defensoria Pública a defesa, em todos os graus, dos necessitados e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**69.** Considere as afirmações abaixo sobre o sistema operacional Windows 10.

- I - A ferramenta "Limpeza de disco" remove todos os arquivos temporários e desnecessários e reorganiza a disposição física, no disco, dos arquivos restantes, para que estes se disponham da forma mais contígua possível.
- II - Os documentos XPS (arquivos .xps) podem ser criados a partir de qualquer programa Windows que permita a impressão. Para isso, deve-se acessar a lista de impressoras disponíveis, na caixa de diálogo de impressão, e selecionar a opção "Microsoft XPS Document Writer".
- III- O "Agendador de tarefas" permite definir datas e horários específicos para a execução automática de ações (tarefas), como, por exemplo, a execução de *scripts shell* (programas .BAT).

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

**70.** Em relação à manipulação de pastas e arquivos no Windows 10, assinale a alternativa correta.

- (A) As pastas que contêm arquivos ocultos não podem ser excluídas, a menos que esses arquivos sejam removidos antes.
- (B) A ferramenta "Explorador de arquivos" permite acessar apenas arquivos e diretórios armazenados localmente na máquina, incluindo aqueles em *pendrives* inseridos no computador.
- (C) A opção "Pesquisar", da ferramenta "Explorador de arquivos", permite procurar arquivos conhecendo-se apenas a parte inicial do nome e do arquivo e fazendo uso do caractere asterisco (\*) para substituir a sequência de caracteres faltantes.
- (D) Ao mover um arquivo para o interior de uma pasta compactada, em um mesmo volume NTFS, este arquivo será automaticamente compactado, independentemente de ele estar ou não compactado na pasta de origem.
- (E) O recurso "Lixeira" mantém, até ser explicitamente esvaziada, todos os arquivos removidos, sem ocupar área de armazenamento de dados do disco, inclusive aqueles originalmente armazenados em *pendrives*.

**71.** Os navegadores *web* permitem o uso de nomes simbólicos para identificar *sites*, como, por exemplo, *www.tjrs.jus.br*. Entretanto, na Internet, para efetivamente acessar um *site*, é preciso empregar o endereço IP. A tradução do nome simbólico para o endereço IP correspondente, denominada de resolução de nomes, é feita via

- (A) *gateway* padrão.
- (B) protocolo ARP.
- (C) servidor DNS.
- (D) servidor NAT.
- (E) URL.

**72.** Em relação ao correio eletrônico, é correto afirmar que:

- (A) a menção a "Destinatários não revelados", no campo destinatário de uma mensagem recebida, indica que ela foi cifrada pelo seu remetente, sendo automaticamente decifrada pela ferramenta de *e-mail* do destinatário.
- (B) ao responder uma mensagem para uma lista de correio eletrônico com a opção "Responder", todos os membros da lista receberão uma cópia dessa resposta.
- (C) ao usar a opção "Responder para todos", a resposta é enviada para todos os destinatários da mensagem, incluindo aqueles eventualmente listados no campo "CCo" da mensagem original.
- (D) é possível enviar mensagens anônimas colocando no campo "De", que identifica o remetente da mensagem, o endereço especial "Destinatários não revelados".
- (E) o cabeçalho contém detalhes sobre a mensagem, incluindo, entre outras, as informações sobre os servidores que trataram a mensagem desde o remetente até o destinatário.

**Instrução:** Para responder as questões **73** e **74**, considere a planilha eletrônica (EXCEL ou CALC) abaixo contendo dados parciais sobre Varas do TJ-RS.

	A	B	C
1	<b>TJ-RS</b>		
2	<b>Varas da Grande Porto Alegre (Parcial)</b>		
3	Município	Quantidade	Percentual
4	<b>Alvorada</b>	5	9,43%
5	<b>Cachoeirinha</b>	6	11,32%
6	<b>Canoas</b>	10	18,87%
7	<b>Esteio</b>	4	7,55%
8	<b>Gravataí</b>	7	13,21%
9	<b>Novo Hamburgo</b>	7	13,21%
10	<b>São Leopoldo</b>	8	15,09%
11	<b>Viamão</b>	6	11,32%
12	<b>Total --&gt;</b>	53	100,00%
13	<b>Média --&gt;</b>	6,625	

**73.** A coluna B contém a quantidade de Varas de cada município, e a coluna C, o percentual de cada Vara em relação ao total do grupo. A célula B13 contém a média de Varas do grupo. Para calcular o percentual de cada Vara na coluna C, digita-se uma fórmula em C4. Essa fórmula vai, então, ser copiada para os demais municípios (C5 a C11). Finalmente, a coluna C é formatada para "percentual" com duas casas decimais. Considerando as informações acima, quais as fórmulas a serem digitadas, respectivamente, em B13 e C4 para obtenção dos cálculos desejados?

- (A) =SOMA(B4:B11)/8 e =B\$4/B12
- (B) =SOMA(B4;B11)/8 e =B4/B12
- (C) =MEDIA(B4;B12) e =B4/B\$12
- (D) =MEDIA(B4:B11) e =B4/B\$12
- (E) =MEDIA(B\$4:B\$11) e =B\$4/B\$12

**74.** Considere a fórmula abaixo.

**=PROCV("Canoas";A4:C11;2)**

Qual o resultado obtido pela função, quando a fórmula apresentada acima for digitada na célula C13 da planilha?

- (A) **Canoas**
- (B) **18,87%**
- (C) **4**
- (D) **7**
- (E) **10**

**75.** Considere o texto, abaixo, digitado no processador de textos WORD, relativo à descrição de um bem que vai a leilão (dados fictícios).

Um terreno, matriculado sob o nº 815.078.954, possui 1.245 m<sup>2</sup> de área. Sobre dito terreno, foi construída uma casa possuindo área real privativa de 134,3 m<sup>2</sup>. Na garagem da casa, há depositados quatro cilindros de O<sub>2</sub> (Oxigênio) e dois cilindros de CO<sub>2</sub> (Dióxido de Carbono), que também fazem parte do lote.

Quais recursos de formatação foram usados, respectivamente, para indicar a potência (2) nos metros quadrados das áreas e o índice (2) nas fórmulas químicas dos cilindros?

- (A) Relevo e Baixo Relevo.
- (B) Relevo e Subscrito.
- (C) Sobrescrito e Subscrito.
- (D) Subscrito e Sobrescrito.
- (E) Sobrescrito e Baixo Relevo.

**76.** Com relação aos recursos de visualização de cabeçalho e rodapé no processador de textos (WORD ou WRITER), assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível colocar, no rodapé, a numeração das páginas ímpares na extremidade esquerda, e das páginas pares na direita.
- (B) É possível colocar, no rodapé, o nome do arquivo e o seu caminho (diretório em que se encontra).
- (C) Se for usada, no cabeçalho, a disposição de numeração das páginas ímpares à esquerda e das páginas pares à direita, no rodapé, a indicação da data também deve obedecer a essa disposição.
- (D) No cabeçalho, é possível colocar o número da página, mas não é possível colocar o número total de páginas.
- (E) No cabeçalho, é possível colocar a data ou o horário (extraídos do Windows), mas não os dois simultaneamente.

**77.** Para o acesso a redes sem fio, a forma mais segura de realização das etapas de associação e autenticação é por meio da utilização do mecanismo (protocolo) de segurança

- (A) PIN.
- (B) WEP.
- (C) AES.
- (D) WPS.
- (E) WPA2.

**78.** A opção de configuração na criação de uma apresentação de autoexecução do Microsoft PowerPoint 2016, na qual a apresentação é exibida em *loop*, usando intervalos de tempo entre os *slides*, até que a tecla Esc seja pressionada, denomina-se

- (A) exibida por um orador (tela inteira).
- (B) apresentada por uma pessoa (janela).
- (C) apresentada com vários monitores (janela).
- (D) apresentada em um quiosque (tela inteira).
- (E) apresentada com animação (tela inteira).

**79.** O método de controle de acesso a serviços e recursos de rede que exigem, além de uma senha, um código de verificação específico para cada acesso denomina-se

- (A) verificação em duas etapas.
- (B) desafio resposta.
- (C) identificação alternativa.
- (D) recuperação de senha.
- (E) autenticação assimétrica.

**80.** Uma das aplicações da certificação digital é a realização da verificação de integridade de documentos por meio da utilização de criptografia no resultado de uma função de resumo (*hash*) aplicada ao documento. Qual informação, contida em um certificado digital, é utilizada nesse tipo de verificação?

- (A) Chave de criptografia privada.
- (B) Chave de criptografia pública.
- (C) Chave de criptografia simétrica.
- (D) Nome do programa de verificação utilizado.
- (E) Assinatura digital do certificado.